

## Ata da Reunião do Conselho

ATA Nº 60/99-CET

No dia 30 de Março de 1999, com início às 16:20 horas, na sede da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, à Al. Carlos de Carvalho, 603, 6º andar, com a presença dos conselheiros signatários da Lista de Presenças própria e a presença de Marcos M. Albuquerque, Coordenador Estadual do Sistema Público de Emprego, Rafael Fuentes Llanilo, Coordenador de Formação Profissional, Élcio Luiz Coltro, Coordenador da ULT, Marcos Rogério Ramos Fertoni, Coordenador de Geração de Emprego e Renda, Olavo De Freitas, Coordenador de Intermediação de Mão de Obra, Luiz Alberto Scotti, da CSD, Maria de Lourdes Canziani (AT-Gabinete) José Maurino de Oliveira Martins, da Secretaria Executiva do CET, os técnicos da SERT: Aloize Gogola e Jane Cattani, (CGE), Luiz Donizetti Moraes (CESINE), João Dario Oliveira (ULT), Luiz Antônio Bonato, Nircélio Zabot e Luciene Bracht (CFP), Walter Gonçalves (AT/DG) e os visitantes Marcelo Muniz e Sandra Mara Anesi, da SESA, Laércio Martins de Oliveira, da UEL, Jorge Benjamin Martínez Fernández, da UEM, Vanderson Romka e Angelo Legat, da UEPG, reuniu-se o Conselho Estadual do Trabalho, em sua 50ª Reunião Ordinária para deliberar sobre os seguintes assuntos de pauta: 1- Apreciação da ata anterior de Nº59/99-CET. 2. Reapreciação do PEQ/99, com novas orientações da SEFOR.. 3. Relato da Comissão Estadual de Acompanhamento do PROGER. 4. Apresentação da avaliação e supervisão do PEQ, feita pelas IES em 1998. 5- Apreciação da Resolução Nº 106/99-CET, regulamentando os procedimentos para a recomposição dos CMTs. 6. Apresentação do projeto "Visão Inclusiva do Acesso da Pessoa Portadora de Deficiência ao Mercado de Trabalho". 7- Proposição de pauta para a próxima reunião. 8- Informes Gerais: 8.1. Seminário de Qualificação do Conselho Estadual do Trabalho/Plano Plurianual de Trabalho 1999-2002 (FLACSO). 8.2. Outros. Abertura

- Alex Canziani, presidente, abrindo a reunião, saudou os presentes, leu a pauta da reunião e, não havendo proposições de alterações na mesma, deu início imediato à reunião.

1. Ata anterior.

- Aloize Gogola pôs em apreciação a Ata Nº 059/99-CET, referente à 10ª Reunião Extraordinária, realizada aos 09/03/99, a qual foi aprovada sem emendas ou adendos.

2. Reapreciação do PEQ/99, com novas orientações da SEFOR.

- Alex Canziani, presidente, dando a palavra a Rafael Fuentes Llanilo, coordenador da CFP, informou que o coordenador da CFP esteve em Brasília, buscando definições quanto aos recursos da SEFOR/99, tendo em vista os cortes em relação ao Plano de Trabalho original.

- Rafael Fuentes Llanilo, coordenador da CFP, explicou que os cortes anunciados se consolidaram e que, com isso, os recursos disponibilizados ao Paraná chegaram aos níveis de desempenho de 1997, ficando sem efeito os critérios estabelecidos pela Resolução Nº 194 do CODEFAT, alegando-se, para tanto, argumento jurídico (necessidade de novo convênio). Explicou, utilizando a "Tabela 06 – PEQs-99 – Síntese da Proposta de Distribuição dos Recursos", distribuída aos conselheiros, que o desempenho do Paraná, em 1998 (R\$ 11.225.000,00) correspondeu a 3,50% do total de recursos do PLANFOR/98 e, considerando a redução no montante de recursos do PLANFOR/99, os 3,50% correspondentes ao Paraná equívalem a R\$ 7.005.000,00, valor próximo do desempenho/97.

Informou também que o MTE posicionou-se firmemente no sentido de que sejam adequados os programas, sem diminuição das metas previstas para o exercício de 1999, baseadas nos critérios da Resolução Nº 194 do CODEFAT, o que causou revolta geral. Informou ainda que foi colocada a possibilidade de suplementação

de recursos no segundo semestre, desde que haja bom desempenho no 1º semestre. Informou, finalmente, que, com isso, foram redefinidas as destinações dos recursos em função das clientela, ou seja: 40% para clientela especiais, 30% para produtores rurais, 15% para empreendedorismo e 15% para os trabalhadores em risco de desemprego, devendo ser dada prioridade nacional para o setor do turismo, por exigir menos capital intensivo.

- Heitor Rubens Raimundo, da CUT, aparteado por Alex Canziani, Secretário, e José Carlos Trizotti, da Força Sindical, ponderou, em nome da Comissão de Acompanhamento do Programa de Formação Profissional, que a Resolução Nº 204 do CODEFAT tem como aspecto positivo a possibilidade de se lutar por mais recursos e que, para tanto, a Comissão quer contribuir ao máximo para a agilização da sua aplicação, de modo que se possa, logo, ir em busca de mais recursos. Registrou também, com apoio unânime do plenário, que a Comissão discorda dos cortes e também da manutenção das metas de treinandos com os mesmos recursos, sendo matematicamente impossível garantir essas metas sequer quantitativamente, quanto mais qualitativamente. Propôs também, em nome da Comissão e com anuência do plenário, que a questão da agroindústria, tida como incluída entre as demandas da Indústria de Transformação, fosse mantida como item em separado, dada a sua importância estratégica no Estado do Paraná.

- Com isso, foi aprovada e assinada a Resolução Nº 108/99-CET, tendo como seu anexo o Plano Estadual de Qualificação – PEQ/1999-2002.

3. Relato da Comissão Estadual de Acompanhamento do PROGER.

- Marcos Rogério Ramos Fertoni, coordenador da CGE, informou que a Comissão de Acompanhamento do PROGER/FAT URBANO retomou suas atividades, passando a reunir-se semanalmente para acelerar a pauta. Informou também que era sua intenção apresentar ao CET, na presente reunião, o Relatório do Programa de Acompanhamento, Avaliação e Monitoração do PROGER/FAT URBANO, relativo a 1998, realizado pelas IES, mas, diante da impossibilidade de fazê-lo, propôs que o assunto fosse pautado para a próxima reunião.

- Aloize Gogola, da CGE, informou que, na sua última reunião, a Comissão de Acompanhamento do PROGER contou com a presença de representantes do Conselho Estadual do Trabalho de Curitiba que propuseram fosse autorizado, para Curitiba, um fluxograma operacional do PROGER diferenciado do estabelecido pela Resolução Nº 55/96-CET, de 27/11/96, visando possibilitar melhor acompanhamento do programa pelo Conselho e uma melhor taxa de aprovação de propostas pelos agentes financeiros, evitando trabalho inútil e desgastes com os proponentes. Leu a minuta de Resolução Nº 107/99-CET, a qual, posta em discussão, foi aprovada e assinada, anexando-se o Fluxograma proposto pelo Conselho Municipal do Trabalho de Curitiba.

- José Canisso, da FIEP, ao justificar seu voto favorável à aprovação da Resolução Nº 107/99-CET, chamou a atenção no sentido de que o Conselho Municipal do Trabalho de Curitiba, seguindo, em caráter experimental, um fluxograma diferenciado, evitasse a bateria de testes e interrogatórios aplicada, em certa época, aos proponentes e que seguisse fielmente o fluxograma ora aprovado como anexo da referida Resolução, cuja funcionalidade e eficácia deverão ser avaliadas posteriormente.

4. Apresentação da Avaliação e Supervisão do PEQ, feita pelas IES em 1998.

- Rafael Fuentes Llanilo, coordenador da CFP, justificou o adiamento, por duas vezes, da apresentação do Relatório do PEQ/98 pelas IES e apresentou os professores Laércio Martins de Oliveira e Jorge Benjamin Martínez Fernandes, respectivamente representantes da UEL e UEM, a quem solicitou breve relato, seguindo-se debate de esclarecimentos.

- Laércio Martins de Oliveira, da UEL, distribuindo cópias aos conselheiros, explanou os aspectos básicos do Relatório Sumário do Ano Base de 1998, relativo ao Projeto de Supervisão e Acompanhamento do Plano Estadual de Qualificação, explicando os objetivos, a metodologia utilizada e a análise das ações

desenvolvidas, destacando os aspectos positivos e os problemas encontrados, propondo sugestões para o aperfeiçoamento do processo. Chamou atenção para o fato de que, no decorrer do processo, sempre que as IES detectavam, em determinada turma, mais da metade dos treinandos apontando algum ponto crítico, a SERT era acionada para tomar providências corretivas. Afirmou ainda que cerca de 90% dos treinandos não sabe da origem dos recursos nem conhece o Sistema Público de Emprego.

- Jorge Benjamin Martínez Fernández, da UEM, distribuindo cópias aos conselheiros, explanou o Relatório Sumário Executivo do Ano Base de 1998, relativo ao Programa de Avaliação do Plano Estadual de Qualificação e Requalificação Profissional, explicando os objetivos, a metodologia e os resultados do levantamento de dados, com análise quantitativa e qualitativa, concluindo com conclusões e recomendações. Destacou que o levantamento de dados comumente utilizado contém perguntas muito subjetivas e também respostas subjetivas dos entrevistados, não havendo condições para uma análise mais profunda em relação à eficácia e à efetividade social, porém, para 1999, os questionários já foram aperfeiçoados, permitindo uma melhor análise qualitativa.

- Heitor Rubens Raimundo, da CUT, iniciando o debate, fez, em nome da Comissão de Acompanhamento do PEQ, as seguintes considerações: a) Demonstrou preocupação no sentido da boa aplicação dos recursos e no sentido de que a avaliação não seja apenas quantitativa, mas qualitativa, traduzindo-se em efetividade social, produtividade, melhoria salarial, permanência ou inserção na ocupação rentável. b) Manifestou sua impressão de que os cursos de qualificação e requalificação profissional atingem o contingente de trabalhadores que já está no Mercado de Trabalho e muito pouco os que estão fora dele. Argumentou que um dos objetivos do PEQ é ser índice de empregabilidade e gostaria de saber qual é a real proporção dos trabalhadores beneficiados pelo PEQ está inserida no Mercado de Trabalho e qual a dos excluídos. c) Perguntou-se sobre como são buscados os candidatos aos cursos. Na empresa? Entre os desempregados? Via Agência do Sistema Público de Emprego? d) Avaliou haver necessidade de maior organicidade entre as coordenadorias da SERT para dar maior organicidade à política pública do trabalho. e) Ponderou que existem vários problemas com as empresas contratadas, ou seja, elas não têm o nível esperado, ainda que tenha havido, recentemente, sensível melhora. Manifestou que gostaria de saber quais as ações da SERT no sentido de obstaculizar empresas de qualidade insuficiente. f) Recomendou ainda a necessidade de maior publicidade das ações da SERT, pois a maioria não sabe da origem dos recursos, nem do papel da SERT, pensando que os cursos são de iniciativa e patrocínio das empresas contratadas, que, aliás, emitem certificados próprios. Propôs que, ao início de cada curso, houvesse alguém que explicasse o que é o FAT, o CODEFAT, a SERT, O CET e as parcerias envolvidas ou contratadas. g) Propôs que as IES apresentem ao CET Relatórios Bimestrais h) Propôs ainda que há necessidade de se caminhar mais para parcerias, e menos para a contratações de empresas, as quais, em geral, não têm experiência, nem estrutura e acabam sub-contratando as ações. É preciso dispor de mecanismos que pré-identifiquem a qualidade das empresas a serem contratadas: história, estrutura, quadro técnico etc. Sugeriu que sejam priorizadas as parcerias (IES, Sistema "S" e outras), em vez da contratação de empresas.

- Jorge Benjamin Martínez Fernández, da UEM, informou, quanto ao item "b", que 8,17% dos beneficiados pelo PEQ encontram emprego após o curso, o que significa que os cursos atingem também os excluídos e, quanto ao item "e", que essa avaliação consta do Relatório Geral, entregue ao Secretário.

- Laércio Martins de Oliveira, da UEL, ponderou, relativamente ao item "d" que, para 1999, foram incluídos itens que avaliam a organicidade. Quanto ao item "f", propôs que, entre outras medidas, houvesse, obrigatoriamente, um treinamento preliminar dos instrutores. Quanto ao item "h", ponderou que a SERT dispõem de uma forte arma para garantir a qualidade das ações: não pagar os cursos não

satisfatórios.

- Sinval Zaidan Lobato Machado, da FACIAP, recomendou a necessidade de aplicação de medidas gerenciais sempre que forem constadas falhas em 10%.
- Walter Gonçalves, da AT/DG-SERT, esclareceu que é recomendada e exigida como fundamental a permanente integração entre os CMTs, os ERs e as Agências do Sistema Público de Emprego, visando acompanhar e corrigir a rota no momento certo.
- José Carlos Trizotti, da Força Sindical, frisou que as ponderações feitas pelo conselheiro Heitor são da Comissão de Acompanhamento do PEQ e acrescentou ainda o que segue: a) Necessidade de discutir a questão do cadastro das entidades. b) Introduzir, na avaliação, os itens produtividade, nível de inserção no Mercado de Trabalho, manutenção no emprego, melhoria salarial etc, decorrentes dos cursos de qualificação. c) Alertou sobre a necessidade de se aferir o tipo de formação profissional que o Mercado de Trabalho está exigindo e não apenas o que o trabalhador quer. Ponderou que as IES podem contribuir muito nesse sentido. d) Levantou dúvida quanto à necessidade de se manter separados os dois relatórios, ora apresentados, os quais, a seu ver, poderiam constituir um projeto só.
- Alex Canziani, da SERT, concordou com a ponderação do conselheiro Trizotti, testemunhando ter visto muitos cursos bem fora do mercado do trabalho e desvinculados da realidade.
- Jorge Benjamin Martínez Fernández, da UEM, esclareceu que, para 1999, também está prevista medição específica relativa aos egressos, comparando o emprego anterior ao curso e o atual e, se desempregado, qual o emprego conseguido. Quanto ao item "g", levantado pelo conselheiro Heitor, prometeu que as IES querem estar mensalmente relatando as atividades ao Conselho, de modo que se possa redirecionar o trabalho em tempo hábil. Quanto ao item "d", levantado pelo conselheiro Trizotti, esclareceu que, em 1999, os dois projetos serão um só.
- Sinval Zaidan Lobato Machado, da FACIAP, defendeu a manutenção dos dois projetos em separado pelo fato de se ampliarem os horizontes e se evitar a auto-avaliação, mas nada impede a sua fusão, desde que haja essa independência.
- Walter Gonçalves, da AT/DG-SERT, lembrou que tem se discutido bastante na SERT, visando acertar o foco, tendo em vista que o mercado não é só o formal, mas 60% é informal, razão pela qual instrumentos como CAGED (formal) são inadequados para dar essa avaliação.
- Luiz Donizetti, técnico da SERT, relatou que, por ocasião das supervisões que fez junto às Agências do Sistema Público de Emprego, em 1998, percebeu que as IES eram vistas como intrusas, uma vez que não se comunicavam com os ERs e Agências. Considerou ser de fundamental importância um melhor entrosamento, evitando, assim ressentimentos mútuos.
- Sinval Zaidan Lobato Machado, da FACIAP, considerou esse entrosamento uma medida urgente, devendo as IES comunicar as visitas com antecedência, evitando atritos, bem como o pessoal da SERT comunicar isto aos CMTs, que poderão contribuir muito, fornecendo informações.
- Laércio Martins de Oliveira, da UEL, relatou que, em 1997 e menos em 1998, diante de casos suspeitos, envolvendo chefias de Escritórios Regionais, era preciso utilizar o fator surpresa, evitando que os mesmos montassem a cena, por ocasião da visita das IES, mas que, para 1999, é intenção das IES manter visitas regulares aos Escritórios Regionais e Agências.
- José Carlos Pinhatti, da SEAB-EMATER, ponderou que, com base nas colocações anteriores, principalmente de Walter e Laércio, há necessidade de se buscar formas de avaliação específicas para o meio rural. Propôs, então, uma ampla discussão, sob a coordenação da CFP, entre as entidades que atuam no meio rural (FAEP, FEATEP, EMATER, CUT e outras) e as IES, visando criar um modelo específico de avaliação, possibilitando corrigir em tempo, desde a programação dos cursos, passando pela padronização de conceitos específicos (O que é

profissionalização de agricultores?), até o próprio início das atividades. São pontos que merecem uma discussão, uma vez que o próprio atraso dos recursos do MTE/CODEFAT inviabiliza cursos no meio rural, com atividades em campo. Portanto, antes de se liberar quaisquer recursos para o meio rural, dever-se-á fazer essa discussão.

- Jorge Benjamin Martínez Fernandes, da UEM, propôs, então, a retomada de uma proposta de 1996, de organização de um Congresso Estadual do Trabalho para debater isso, propondo sua inclusão entre as metas /99, a cargo da ULT.
  - Maria de Lourdes Canziani, da AT-Gabinete, alertou para a organização do Congresso de tal forma que possibilite resultados concretos para a ação.
  - Walter Gonçalves, da AT/DG-SERT, ponderou que é importante, na partilha dos recursos, ter em conta o que fazer e não quem vai fazer.
  - Alex Canziani, presidente, encerrando o relato das IES e sintetizando a opinião dos conselheiros presentes, manifestou apoio à proposta do conselheiro Pinhatti e do professor Jorge, quanto ao Congresso, bem como agradeceu a participação das IES, formulando convite para que se façam sempre presentes às reuniões do CET.
5. Apreciação da Resolução Nº 106/99-CET, regulamentando os procedimentos para a recomposição dos CMTs.
- José Maurino de Oliveira Martins, da Secretaria Executiva do CET, distribuiu cópias e explicou a minuta de Resolução Nº 106/99-CET, normatizando questões relativas aos Conselhos Municipais do Trabalho.
  - Heitor Rubens Raimundo, da CUT, propôs que, antes, essa minuta de resolução fosse submetida a uma consulta prévia junto aos Conselhos Municipais do Trabalho, para que possam manifestar-se sobre seus itens, bem como propor tópicos a serem normatizados. Para tanto, solicitou que fosse melhorada a redação da letra "c" do artigo 3º e que, no artigo 5º, não se falasse em "exclusão", mas fosse dada uma redação propositiva, convidando a participar como convidados, embora sem direito a voto. Ainda no artigo 5º, não mencionar os nomes das entidades.
  - José Carlos Trizotti, da Força Sindical, pediu que também fosse esclarecida a questão das cooperativas e associações, considerando que são entidades mistas de empregadores e trabalhadores. Pediu que, no tocante ao artigo 7º, trate-se não só da gestão dos presidentes, mas também dos mandatos dos conselheiros.
  - Sinval Zaidan Lobato Machado, da FACIAP, endossou as proposições anteriores e explicou que, há muito tempo, está se buscando conciliar datas e mandatos, de modo a favorecer o processo de acompanhamento e capacitação dos Conselhos Municipais do Trabalho.
  - José Maurino de Oliveira Martins, da Secretaria Executiva, informou que já existe o diagnóstico levantado junto aos CMTs, quanto às questões ora normatizadas, o que, aliás, motivou a minuta de resolução.
  - Heitor Rubens Raimundo, da CUT, não obstante as ponderações de Maurino, manteve a proposta de uma consulta aos CMTs, pedindo que, no texto, se explicitasse também a situação dos CMTs que já procederam sua recomposição de forma correta.
  - José Carlos Pinhatti, da SEAB-EMATER, chamou a atenção para que não se normatize em função de duas bancadas apenas (trabalhadores e empregadores), mas seja levada em conta também a bancada do poder público. Sugeriu que, com as considerações feitas, o assunto fosse remetido à Comissão de Homologação dos CMTs para adequar o texto, encaminhar para consulta aos CMTs e, posteriormente, retornar ao CET para aprovação da resolução.
  - Com as considerações acima, ficou marcada uma reunião da Comissão de Homologação dos CMTs, para o dia 05/04/99 (Segunda-feira), às 09,00 horas, na SERT, sala do Conselho, reunião esta aberta aos demais conselheiros que quiserem participar.

6. Apresentação do projeto "Visão Inclusiva do Acesso da Pessoa Portadora de Deficiência ao Mercado de Trabalho".

- Maria de Lourdes Canziani, da AT-Gabinete, responsável pelo Programa de

Acesso ao Mercado do Trabalho das Pessoas Portadoras de Deficiência, apresentou, distribuindo cópias aos conselheiros, o projeto "Visão Inclusiva do Acesso da Pessoa Portadora de Deficiência ao Mercado de Trabalho", afirmando que as ações propostas coincidem com ações já em cursos nas várias coordenadorias, bastando apenas que estas dêem também um enfoque especial às suas atividades, procurando contemplar também as pessoas portadoras de deficiência. Ponderou que o sucesso do Programa dependerá do empenho das várias coordenadorias.

- Sinval Zaidan Lobato Machado, apoiado por Alex Canziani e Laércio Martins de Oliveira, parabenizou a expositora pelo trabalho e prometeu, da parte dos empregadores, todo o apoio.

- Luiz Donizetti, técnico da CESINE, lembrou que, dentro dessa perspectiva, a SERT já desenvolve um Programa Especial de Intermediação de pessoas Portadoras de Deficiência e que o Sistema informatizado da SERT prevê tratamento especial para esse segmento.

7. Proposição de pauta para a próxima reunião.

- Alex Canziani, presidente, liberou a palavra para os conselheiros ou técnicos que tivessem assuntos prioritários para inclusão na pauta da próxima reunião.

- Marcos Rogério Ramos Fertoni solicitou a retomada de parte do item 3 (acima), referente ao Relatório das IES sobre o Programa de Acompanhamento, Avaliação e Monitoração do PROGER/FAT URBANO.

8. Informes Gerais:

8.1. Seminário de Qualificação do Conselho Estadual do Trabalho/Plano Plurianual de Trabalho 1999-2002 (FLACSO).

- Nircélio Zabet, técnico da CFP, informou que o MTE/CODEFAT pretende, através da FLACSO, prestar assessoramento aos Conselhos/Comissão de Trabalho/Emprego de todo o país sobre o PLANFOR- Plano Plurianual 1999-2002, o que, no Paraná, está prevista para 26-30/04/99.

8.2. Reunião do FONSET.

- Alex Canziani, presidente, informou que, no dia 15/04/99, no Hotel Bourbon, a partir das 09:00 horas será realizada, em Curitiba, a primeira reunião do ano do Fórum Nacional de Secretários do Trabalho - FONSET, convidando os conselheiros e técnicos a participarem.

8.3. Colocação de Mão de Obra

- Alex Canziani, presidente, informou que, não obstante a gravidade da crise atual, o Sistema Público de Emprego do Paraná conseguiu, nos dois primeiros meses do ano, um desempenho superior ao dos mesmos meses do ano anterior.

8.4. Reportagem sobre PROGER

- José Carlos Pinhatti, da SEAB-EMATER, parabenizou a SERT pela reportagem recentemente veiculada via Rede Globo de Televisão a respeito do PROGER/FAT-Paraná. Enalteceu a forma simples e prática de edição da matéria, divulgando o programa e esclarecendo as formas de acesso ao mesmo. Propôs que reportagens semelhantes sejam feitas nas demais áreas de atuação da SERT.

- Marcos Rogério Ramos Fertoni, coordenador da CGE, relatou a repercussão da reportagem, refletindo-se em inúmeros telefonemas à CGE e aos Escritórios regionais e Agências, em todo o Paraná., provenientes de proponentes interessados em maiores informações.

- Alex Canziani ponderou que, de fato, a sociedade não conhece a ação da SERT, fato que confirmou em recente reunião junto ao SINDUSCON. Prometeu que pretende aproveitar todas as oportunidades que se apresentarem para fazer reportagens sobre as diferentes áreas da SERT.

- Marcos Medeiros de Albuquerque, coordenador da CESINE, lembrou que nem sempre se consegue um espaço desses na Rede Globo, no entanto, existe já articulada uma reportagem junto ao mesmo canal sobre os cortes de recursos do FAT, o que, certamente, possibilitará ao Secretário aproveitar para dar uma visão geral dos programas da SERT e formas de acesso aos mesmos.

- Olavo de Freitas, coordenador da CIM, disse que, além de se aproveitar as

oportunidades de divulgação via meios de comunicação social, a Coordenadoria desenvolverá um trabalho de mobilização via Seminários Regionais, tratando da intermediação de mão-de-bra.

8.5. Heitor Rubens Raimundo, da CUT, distribuiu cópias do Informação CUT – Nº 02 – Março/99.

8.6. Assinatura da Resolução Nº 105/99-CET

- José Maurino de Oliveira Martins, da Secretaria Executiva do CET, pediu que fosse assinada pelos conselheiros a Resolução Nº 105/99-CET, aprovada na 10ª Reunião Extraordinária do CET, realizada aos 09/03/99, referente à eleição do novo presidente do CET, período de Março/1999 a Fevereiro/2000.

Esgotada a pauta, o presidente, deputado Alex Canziani agradeceu a presença e a contribuição de todos e deu por encerrada esta 50ª Reunião Ordinária do CET, da qual, para constar o registro, eu, Aloize Gogola, lavrei a presente ata que subscrevo. Curitiba, 05 de Abril de 1999.